

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.867, DE 2014

Assegura a manutenção e o fomento do emprego nas indústrias gráficas e disciplina a aquisição de livros adquiridos pelo Poder Público por meio do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, e similar, bem como a produção e impressão de livros contemplados com o incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Autor: Deputado Vicentinho.

Relator: Deputado Angelim.

VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

O Projeto de Lei nº 7.867, de 2014, de autoria do Deputado Vicentinho, pretende que os livros didáticos, adquiridos direta ou indiretamente pelo Poder Público por meio do PNLD e de programas similares, de empresas, editoras ou indústrias gráficas sediadas no Brasil, deverão ser produzidos e impressos por empresas instaladas no País, vedada a terceirização de qualquer das etapas a empresas sediadas no exterior.

Pela primeira emenda apresentada na Comissão de Cultura, as disposições da matéria se aplicariam também ao papel destinado à impressão de livros didáticos. A segunda emenda daquela comissão acrescenta as disposições da matéria ao papel destinado à impressão de livros

didáticos também na alteração que foi promovida na Lei Rouanet.

Acerta o Nobre Relator, Deputado Angelim, ao enfatizar – citando o art. 170 da Constituição – que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Isso é certo. Assim como também é certo que o mesmo artigo consagra, no seu inciso IV, o princípio da livre concorrência.

Todavia, tanto em termos estritamente educacionais quanto econômicos, a presente matéria não irá aperfeiçoar em nada o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. De fato, uma das diretrizes do PNLD, nos termos do art. 3º, inciso V, do Decreto nº 7.084, de 2010, é a garantia de isonomia, a transparência e a publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras.

Em primeiro lugar, uma análise afoita do tema pode reconhecer que estamos prestigiando as gráficas nacionais, quando na verdade acabamos por fazer uma desequiparação fortuita ao vedar que as empresas sediadas no exterior possam afluir para quaisquer das fases da confecção do livro didático. Quando permitimos que afluja conhecimento técnico, de qualquer nacionalidade, estamos contribuindo para a melhoria da qualidade do livro didático, que não se resume ao conteúdo, mas deve levar em conta a qualidade dos substratos, a durabilidade da obra e até aspectos como editoração e diagramação. É certo que nem mesmo as gráficas nacionais se beneficiam com esse cerceamento, vez que privadas até de possíveis intercâmbios de tecnologia por este possível imperativo legal, que, a nosso ver, não merece prosperar.

Em segundo lugar, quando atropelamos o princípio da livre iniciativa e limitamos a opção de fornecedores para a confecção do livro didático, estamos interferindo no autoajuste do mercado, que tenderia a equilibrar preço e oferta, fazendo com que as compras públicas – que devem sempre ser pautadas pela economicidade – operem com prejuízo de preços mais elevados. O efeito é contraproducente para todos os agentes econômicos

envolvidos, uma vez que não podemos pretender fomentar nenhum setor às expensas do Governo, o que certamente reverterá em prejuízo para a população, lesada nos recursos que garantem as políticas públicas.

Pelo fato de não aperfeiçoar em nada o Programa Nacional do Livro Didático, mas sim inserir perigosa desequiparação fortuita não albergada pela Constituição que pode minorar o aperfeiçoamento do livro didático, apresentamos o presente Voto em Separado, nos termos do art. 57, inciso XIII, do nosso Regimento Interno, pela **REJEIÇÃO** da matéria, bem como das suas duas emendas.

Sala da Comissão, em de novembro de 2016.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
DEMOCRATAS/TO

